



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência Pública, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, estando presentes os Vereadores **ONIVALDO BARRIS** – Presidente e **CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA** – Membro. **ALEX CHAVES** - Vice-Presidente, esteve ausente na ocasião em decorrência de participação em viagem oficial, conforme a RESOLUÇÃO N. 668/2023. Além da Comissão, participaram do evento os vereadores Mário Hossokawa (Presidente desta Casa de Leis), Adriano Bacurau, Altamir Antônio dos Santos, Ana Lúcia Rodrigues, Delegado Luiz Alves, Paulo Biazon e Sidnei Telles. Os vereadores Alex Chaves, Mário Verri e Manoel Álvares Sobrinho foram representados por suas assessorias, presentes em Plenário na ocasião. A fim de dar início à Prestação de Contas referente ao 3º Quadrimestre de 2022, às 15 horas do dia 28 de fevereiro de 2023, o Presidente Onivaldo Barris cumprimentou a equipe da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ) presente, em nome do senhor Orlando Chiqueto, Secretário Municipal de Fazenda. Estavam presentes, ainda, os senhores Amália Donegá, Secretária Municipal da Criança e do Adolescente; Edney Mossambani, Secretário Municipal da Agência Maringá de Tecnologia e Inovação; Emmanuel Predestin, Secretário Municipal de Juventude, Cidadania e Migrantes; Francisco Favoto, Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar; Ivan Quartaroli, Secretário Municipal de Segurança Pública; José Gilberto Purpur, Secretário Municipal de Mobilidade; Marco Antonio Lopes de Azevedo, Secretário Municipal de Proteção e Bem-estar Animal; Maria da Penha Sapata, Diretora Presidente da Agência Maringaense de Regulação; Nayara Caruzzo, Secretária Municipal de Educação; Patrícia Parra, Secretária Municipal de Compliance e Controle; e Priscila Guedes, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá (SISMMAR). O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento informou que a realização da presente Audiência Pública havia sido amplamente divulgada à comunidade, a fim de ensejar a todos os interessados a devida participação. Onivaldo Barris explicou que seria permitida a realização de perguntas por cada interlocutor, de forma concisa e direta. Além do acompanhamento presencial, também seria possível participar remotamente, por meio do site oficial, páginas do *Facebook* e do *YouTube* da Câmara Municipal de Maringá, com o envio de questões pertinentes ao tema desta Audiência. Em seguida, com a palavra, o senhor Orlando Chiqueto cumprimentou a Comissão de Finanças e Orçamento e demais vereadores presentes, e agradeceu pela oportunidade de prestar contas aos cidadãos maringaenses sobre a arrecadação e destinação dos recursos públicos do Orçamento Municipal de Maringá. Agradeceu também a presença dos vereadores, secretários, superintendentes, gerentes e servidores da equipe da Prefeitura Municipal de Maringá. Segundo o Secretário Municipal de Fazenda, o objetivo da apresentação era o de ensinar o melhor entendimento por parte da população acerca da administração dos recursos públicos no Município, de forma concisa e em linguagem clara. Sendo assim, Orlando Chiqueto iniciou a explanação dos dados referentes ao 3º quadrimestre de 2022. Ele explicou que a exposição estava dividida nas seguintes partes: receitas, despesas, resultados, e o cumprimento dos índices legais (consoante a LRF e a Constituição Federal). Em seguida, passou a expor, em *slides*, os dados referentes a esta Audiência Pública, os quais estão

disponíveis nos anexos denominados "Anexo Relatório de Avaliação das Metas Fiscais (0286654)" e "Anexo Apresentação da Avaliação das Metas Fiscais (0286965)", e podem ser acessados via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelo processo de nº 23.0.000000805-2. Os arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal também foram disponibilizados no *Site* da Câmara Municipal de Maringá por meio do caminho: Transparência > Informações Administrativas > Publicações > Audiências Públicas > Audiência Pública - 3º Quadrimestre de 2022 (Link: <http://transparencia.cmm.net:8090/portaltransparencia/publicacoes>). Além disso, o evento foi registrado em meio audiovisual no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, o qual pode ser visualizado pelo link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>. Ao término da apresentação de *slides*, o senhor Orlando Chiqueto informou que o Município de Maringá está com todas as certidões negativas em dia, que a folha de pagamento vem sendo honrada nas datas agendadas, que existe um cronograma anual de pagamento da folha de pagamento e do vale alimentação, que não há pendências como financiamentos, obrigações acessórias ou fornecedores a serem pagos. Em seguida, o Secretário Municipal se colocou à disposição para responder aos questionamentos dos vereadores e dos demais interessados. O primeiro vereador a se manifestar foi o senhor Paulo Biazon, e o tema foi o salário dos servidores. Ele indagou se há possibilidade de serem atendidos os pedidos que vem sendo realizados pelos servidores pertinentes ao tema. Em resposta, o senhor Orlando Chiqueto informou que a Prefeitura Municipal está em negociação com o SISMMAR, tendo sido realizada uma reunião na semana anterior, com outra agendada para o dia seguinte. O orçamento de 2023, segundo ele, prevê 15% a mais de recursos para a reposição da inflação, para o crescimento vegetativo da folha e para a contratação de novos servidores para vários setores que necessitam de profissionais. O Secretário explicou que o objetivo da Administração Municipal é cumprir o combinado com os servidores e fazer o pagamento da folha em dia. O senhor Orlando Chiqueto exemplificou tal preocupação, relatando que, na corrente data, pela manhã, houvera um problema com uma instituição financeira na qual os processos de pagamento dos servidores são feitos de forma automática, fato que obrigou a Tesouraria da Prefeitura a fazer os pagamentos da folha de forma manual, a fim de não ocorrerem atrasos que prejudicassem o servidor. Com a palavra novamente, o vereador Paulo Biazon lembrou que há um concurso aberto para a Guarda Municipal, indagando se seria possível que houvesse um estudo para ampliação das vagas além das previstas em edital, para que Maringá contasse com mais agentes de segurança. Citou também a possibilidade de incremento no vale-alimentação. Em resposta, o senhor Orlando Chiqueto informou que esta não era uma decisão da Secretaria Municipal de Fazenda, já que a pasta apenas subsidia a Gestão com informações técnicas para que o Prefeito, o Secretário de Governo, a Secretaria de Gestão de Pessoas etc. tomem as decisões pertinentes, conforme as prioridades. No entanto, ele disse entender que o Município está sobrecarregado no quesito Segurança Pública. Quanto ao vale-alimentação, este não compõe o índice de gasto com pessoal, segundo ele, mas consome receita própria do Município, e já há dotação orçamentária específica para esse gasto. Mesmo assim, o Secretário da SEFAZ destacou que é imperativo obedecer a certos limites, senão pode ser que haja a necessidade de suplementar recursos, retirar valores de outras pastas ou de outras despesas prioritárias etc., o que não seria o ideal. A segunda vereadora a se manifestar foi a senhora Ana Lúcia Rodrigues, que lembrou que todas as ações benéficas à comunidade devem estar atreladas ao orçamento. Comentou que o trabalho da SEFAZ segue uma linha que traz segurança econômica à Prefeitura Municipal, com 46,6% do orçamento executado, e 2% abaixo do limite de alerta. Segundo ela, isso mostra o rigor da execução orçamentária, o que é bom, mas também acaba deixando a melhoria real do pagamento dos servidores em segundo plano. Sendo assim, uma das soluções apontadas pela vereadora foi o Plano de Cargos e Salários. Sobre a Educação, Ana Lúcia Rodrigues apontou que, na apresentação do 2º Quadrimestre de 2022, haviam sido executados para o setor cerca de 14% do orçamento, e, sendo assim, ela indagou em que benfeitorias haviam sido executados o restante do recurso nesses últimos quatro meses, como aquisição de edifícios e estruturas próprias para a Secretaria Municipal de Educação. Em resposta, o senhor Orlando Chiqueto explicou que, por exemplo, quando o Orçamento de 2023 foi elaborado, não fora possível contemplar

cerca de 300 milhões de reais em projetos apresentados pelos Secretários Municipais e suas equipes. Assim, segundo ele, o Orçamento nunca vai ser suficiente para atender a todas as demandas da população, já que, quanto mais excelência se atinge em qualquer tipo de serviço, mais demanda vai haver, a exemplo da educação e da saúde. O Secretário relatou que há muitos cidadãos maringenses que deixaram de levar os filhos para a escola privada em função da qualidade que o Município oferece nas escolas públicas, ou que deixaram de pagar seus planos de saúde e optaram por usar o sistema público de saúde. Já sobre o Plano de Cargos e Salários, ele disse que não fazia parte da comissão que faz os estudos acerca do tema, e que a SEFAZ apenas subsidia os membros com informações para que as decisões sejam tomadas. No entanto, o senhor Orlando Chiqueto disse que o Prefeito Municipal sempre cobra a viabilização de recursos para atender as demandas com os servidores, inclusive assumidas por ele. Assim, a SEFAZ faz o que é possível, a exemplo da ação dos técnicos da Secretaria na implantação da arrecadação do imposto de renda retido na fonte, sendo esta mais uma receita para o município sem onerar o contribuinte. Aumentando o recurso próprio, aumenta a capacidade de se investir e de se prestar serviços melhores. Dessa forma, o senhor Secretário de Fazenda explicou que a Administração busca recursos para viabilizar todos os projetos das Secretarias e pedidos dos servidores, que são aqueles que, de fato, atendem a comunidade na ponta e garantem a qualidade dos serviços municipais. Quanto aos investimentos em educação, Orlando Chiqueto explicou que houve problemas com as licitações, que foram muito morosas, mas que foram finalizadas a tempo de empenhar os recursos para a renovação de frota, construção e reforma de unidades, compra de materiais, compra de sistema de ensino etc. Consequentemente, foi possível alcançar o índice de 25%. O terceiro vereador a se manifestar foi o senhor Luiz Alves, comentando que as três Secretarias mais sensíveis, em sua opinião, eram a de Educação, Saúde e Segurança. Para a Educação e Saúde, há aporte financeiro diferenciado, mas ainda há deficiência na prestação desses serviços em algumas situações pontuais, segundo ele. Sendo assim, indagou se o recurso vinculado era suficiente para atender minimamente às demandas. Em resposta, o senhor Orlando Chiqueto mostrou, em *slide*, que Maringá teve uma receita de impostos e de transferência de impostos de quase 1 bilhão e 300 milhões de reais, e 25% desse valor seriam 324 milhões de reais, tendo sido aplicados na Educação 327 milhões de reais. Além disso, o Município também recebeu receitas vinculadas para a Educação, totalizando, então, 561 milhões de reais investidos no setor em 2022, recurso suficiente para as demandas. O Secretário da SEFAZ informou que cerca de 70% das unidades escolares já atendem em tempo integral, e que a Prefeitura está trabalhando para chegar a 100%. Já na área de Saúde, devem ser aplicados 15% de 1 bilhão 286 milhões de reais, que totalizam 192 milhões de reais, tendo sido de fato investidos 270 milhões de reais (21,04%). Só de recursos próprios, foram 78 milhões investidos, totalizando, então, 605 milhões de reais, pois o Município também recebeu receitas vinculadas exclusivas para a saúde. Neste setor, Orlando Chiqueto explicou que faltam recursos, e que a Secretaria Municipal de Saúde trabalha para buscar mais verbas da União e do Estado. Assim, é possível atingir uma maior agilidade no atendimento das demandas nesta área, já que esta é uma cobrança da comunidade. Ele continuou, dizendo que na manhã da corrente data reuniu-se com o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM, ocasião na qual foi apresentada uma prévia dos índices dos indicadores de Gestão, que são mais de 230. Assim, para melhor entendimento do tema, o Secretário sugeriu convidar o CODEM para que este realize essa apresentação. O quarto vereador a se manifestar foi o senhor Sidnei Telles, destacando que cada vez mais tem melhorado a forma de apresentação da prestação de contas quadrimestrais. Ele comentou que notara que o endividamento cresceu, mas que entende que é isto é válido para fazer os investimentos necessários, desde que dentro das margens legais. Com relação à folha de pagamento, o vereador pontuou que, politicamente, acredita que vários setores devam ser terceirizados; e lembrou que o Município está com certa liberdade até o limite prudencial. Sidnei Telles ressaltou a necessidade de se resolver o problema com o salário dos servidores da área administrativa que não são do novo concurso, e que ficaram com defasagem em seus recebimentos. Além disso, há de se olhar para o piso salarial dos professores e da enfermagem, segundo ele. Em seguida, o vereador alertou para o gasto

que se tem para cobrir os valores dos aposentados que não estão abarcados pelo Maringá Previdência, devido ao fato de recursos terem sido apropriados pelo Poder Público à época, em gestões anteriores. Destarte, indagou se esses recursos poderiam ser retirados do limite de gasto com pessoal, assim tal índice melhoraria e poderiam ser discutidos aumentos necessários. Em resposta, Orlando Chiqueto disse que as interferências financeiras que o Município faz no caso da Maringá Previdência, para a cobertura do fundo financeiro, fazem parte do índice de gasto com pessoal, e que esta é uma decisão do Tribunal de Contas. Ele explicou que, quando se faz aporte a fundos financeiros, esta interferência tem que estar no índice de gasto com pessoal. Caso não houvesse esse aporte, o índice de gasto com pessoal estaria na casa dos 34%. Na sequência, o vereador Sidnei Telles solicitou ao Secretário da SEFAZ o encaminhamento de documento do Tribunal de Contas que demonstrasse tal obrigatoriedade, a fim de dar segurança desta informação. Em resposta, Orlando Chiqueto explicou que a extração de dados para a prestação de contas não é realizada a partir do sistema contábil da Prefeitura Municipal, e sim do Tribunal de Contas. Com a palavra, o senhor Gilvane de Almeida Braga, Diretor de Contabilidade da SEFAZ, reiterou a informação, esclarecendo que existem dois fundos: o fundo previdenciário e o fundo financeiro. Na regra contábil, quando se faz aporte para fundo financeiro, este é contabilizado no índice de gasto com pessoal, o que não ocorre em casos de aporte para o fundo previdenciário. Em seguida, o Secretário Municipal de Fazenda lembrou que, além do índice de gasto com pessoal, também deve ser considerado o Orçamento do Município. Isto porque, ainda que haja a possibilidade de aumento de gastos no que se refere ao índice legal, é necessário que haja recurso no Orçamento. O quinto vereador a se manifestar foi o senhor Adriano Bacurau. Ele perguntou se é possível que, na próxima prestação de contas, o investimento seja demonstrado de forma setORIZADA, dividido por bairros. A justificativa, segundo ele, é o fato de morar no segundo maior bairro de Maringá, no conjunto Requião, local no qual a comunidade vem pleiteando um restaurante popular, por exemplo. Ao pedido, ele informou que a Prefeitura Municipal respondeu que não há possibilidade da instalação deste equipamento público para o ano de 2023. Nesta conjuntura, ele comentou que será cobrado sobre temas como este e que, por isso, queria saber o montante de fato investido em seu bairro. Em resposta, Orlando Chiqueto explicou que o sistema contábil não está preparado para a divisão entre bairros. No entanto, ele disse ser possível envolver as Secretarias para que elas emitam relatórios gerenciais, os quais podem vir a ser incluídos na apresentação. Embora não seja o objeto da Audiência Pública de prestação de contas quadrimestral, que é demonstrar receita, despesa, índices legais e resultados, pode ser estudada tal possibilidade com os demais Secretários Municipais. Ele lembrou também que a apresentação trouxe a informação de que, das despesas empenhadas, cerca de 192 milhões são investimentos, ou seja, quase 10% do orçamento total, mas que seria necessário que as pastas pertinentes qualificassem os investimentos. Com a palavra, Onivaldo Barris abriu espaço para questionamentos adicionais, os quais não foram realizados pelo público presente ou pelos canais de comunicação desta Casa. Sendo assim, o vereador agradeceu a presença de todos e parabenizou a equipe da SEFAZ pelo trabalho realizado e pela apresentação de linguagem compreensível pelos vereadores e demais pessoas da comunidade. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 16h32min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 3º Quadrimestre de 2022, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2022** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>.

ONIVALDO BARRIS
Presidente

CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA (MANINHO)

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Onivaldo Barris, Vereador**, em 10/03/2023, às 08:31, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Marcos Maia da Silva, Vereador**, em 10/03/2023, às 08:34, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0287052** e o código CRC **C5F4B980**.

23.0.000000805-2

0287052v58